

Prof. Dr. Dušan Mojić

Universidade de Belgrado

Faculdade de Filosofia

Departamento de Sociologia

E-mail: dmojic@f.bg.ac.rs;

dusan.mojic@ekof.bg.ac.rs

Telefone: +381 64 261 86 98

METODOLOGIA DE PESQUISA

Tema

MOBILEurope: Negociação coletiva para trabalhadores móveis na Europa durante a pandemia de Covid-19 - Casos de trabalhadores fronteiriços, sazonais e migrantes

Belgrado, dezembro de 2022.



Funded by the
European Union

1. Introdução

A pandemia do vírus Covid-19 causou muitos problemas e questões nos últimos anos em vários aspectos da vida social em um sentido global. Uma das esferas mais atingidas foi a esfera do trabalho. O trabalho sempre esteve estreitamente relacionado às grandes transformações do sistema social. Segundo Manuel Castells, “o processo de trabalho está no núcleo da estrutura social” (Castells, 2010: 216). Nas sociedades pós-modernas, o desenvolvimento tecnológico transformou significativamente a natureza da produção econômica e do trabalho em geral. Outro fator importante nesse sentido nas últimas décadas é certamente a globalização. Maior conectividade econômica, política e social do mundo refere-se ao fato de que indivíduos, grupos e nações estão se tornando mais interdependentes (Giddens et al. 2018: 562).

Os processos de globalização aceleraram seriamente as transformações sociais ao trazer progressos em muitos aspectos, mas ao mesmo tempo trouxeram novas incertezas em comparação com épocas anteriores. A pandemia do coronavírus (com suas consequências globais) foi apenas mais uma prova de que vivemos em uma sociedade globalmente arriscada (Beck, 1992). Esses novos riscos (globais) afetam a vida humana em muitas esferas, incluindo o mundo do trabalho. Exclusão do mercado de trabalho, formas precárias de emprego, redução da renda do trabalho, diversas formas de desigualdade, pobreza e exclusão social como resultado da redução das oportunidades de emprego são exemplos desses riscos globais. Esses riscos aumentam drasticamente em situações de crise, especialmente em crises globais como a pandemia do vírus Covid-19.

Não é exagero dizer que a pandemia de coronavírus “virou o mundo do trabalho de cabeça para baixo” (Nações Unidas, 2020: 2), pois teve consequências dramáticas para o trabalho, a renda, a vida e o bem-estar geral dos trabalhadores e das suas famílias ao redor do mundo. Muitas empresas suspenderam suas atividades, o que levou à perda de vários empregos e horas de trabalho. Globalmente, milhões de trabalhadores perderam seus empregos e renda. Esses processos foram influenciados principalmente por fatores estruturais, pois trabalhadores que antes trabalhavam em locais de trabalho mais inseguros e desfavoráveis sofreram consequências mais graves durante a pandemia. Os trabalhadores empregados informalmente enfrentaram uma perda de 60% da renda no primeiro mês da crise causada pela pandemia. Mais de 40% dos jovens trabalhavam nos setores econômicos mais afetados pela crise. Finalmente, as mulheres também foram empregadas em setores que experimentaram um forte declínio na atividade econômica – serviços, turismo e hotelaria (Nações Unidas, 2020: 2).

As dificuldades no mundo do trabalho durante a crise estão relacionadas principalmente com a perda de trabalho e de horas de trabalho, da renda do trabalho e, conseqüentemente, há um grave aumento da insegurança e dificuldades para muitos indivíduos e suas famílias. Em



Funded by the
European Union

2020 (em relação a 2019, antes da crise), foi registada uma perda global de 114 milhões de empregos. Ao contrário das crises anteriores, as condições económicas desfavoráveis conduziram sobretudo ao afastamento do mercado de trabalho, ou seja, à transição para a inatividade de 81 milhões de pessoas (em relação a 33 milhões que perderam o emprego, mas não abandonaram o mercado de trabalho) (OIT, 2021a: 2). Nesta crise, a taxa de participação global da mão de obra caiu 2,2%. Em comparação, mencionaremos que durante a crise econômica global anterior (2008 e 2009), essa diminuição foi de apenas 0,2%.

Como poderia ser esperado, a consequência da perda de empregos e da redução de horas de trabalho é uma redução global da renda do trabalho. No quadriênio anterior à pandemia de 2020, o aumento real da renda do trabalho ficou entre 1,6% e 2,2%. Em 2020, foi registada a diminuição de 8,3% na renda do trabalho. Nos dois primeiros trimestres, essa diminuição continuou, mas foi um pouco mais branda – 5,3% (OIT, 2021b: 12). A este respeito, os mais vulneráveis são as mulheres, os jovens e os trabalhadores de inferior qualificação. Durante a pandemia, surgiram novas diferenças e desigualdades no mundo do trabalho. Explicada popularmente (e principalmente corretamente), a divisão básica era entre os privilegiados (que podiam trabalhar online, de casa) e os demais que (se tivessem a sorte de manter um emprego) tinham de se deslocar sob restrições significativas de transporte público. O termo trabalhador essencial foi concebido para enfatizar a importância de determinados setores econômicos e dos trabalhadores que trabalham neles (The Plight of Essential Workers during the COVID-19 Pandemic, 2020), mas também pode ser entendido como uma forma de nova desigualdade no mundo do trabalho.

Enfim, uma categoria de trabalhadores esteve particularmente em risco durante a pandemia de coronavírus – os trabalhadores móveis. Eles são o foco de nossa análise. "Os trabalhadores móveis foram os primeiros a experimentar algumas das consequências negativas do surto da pandemia de Covid-19. Alguns dos problemas que enfrentaram tinham raízes anteriores, enquanto outros eram completamente novos. Eles enfrentaram principalmente desafios relacionados a: 1) fechamento (parcial) de fronteiras; 2) perda de emprego ou perspectivas de emprego; 3) inelegibilidade para benefícios/assistência ou apoio social; 4) estado de saúde e segurança no local de trabalho e 5) circunstâncias da vida" (Rasnača, 2020: 1). Esses desafios exacerbaram as desigualdades estruturais antes da pandemia, como a concentração de trabalhadores móveis em ocupações de baixa qualificação (que estão na parte inferior da distribuição de renda), emprego frequente com contratos a termo certo e vulnerabilidade a fechamentos forçados, pois estavam maiormente concentrados em setores onde o trabalho remoto não era possível (Fasani, Mazza, 2020: 1).

2. Conceitos chave

O termo trabalhador móvel em nosso projeto refere-se a trabalhadores fronteiriços, sazonais e migrantes. Esses tipos de trabalhadores são definidos de maneiras diferentes, mas neste



Funded by the
European Union

documento será dada prioridade às diretivas acordadas conjuntamente (ou outras disposições legais) da União Europeia e das Nações Unidas.

Trabalhador fronteiriço é definido pelo Regulamento nº. 883/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia como "cada pessoa que exerça uma atividade como empregado ou autônomo num Estado-membro e que tenha residência noutra Estado-membro ao qual habitualmente regressa diariamente ou pelo menos uma vez por semana" (Parlamento Europeu, 2004: 2). Ao contrário dos trabalhadores migrantes (que deixam inteiramente o seu país de origem para viver e trabalhar noutra país), os trabalhadores fronteiriços têm dupla nacionalidade, que decorre do seu local de residência e do seu local de trabalho. No entanto, a definição de trabalhador fronteiriço pode variar de uma área para outra (por exemplo, no caso do direito fiscal, direito de residência ou direito à assistência social) (EurWORK, 2018). As disposições legais e o Tribunal de Justiça da União Europeia têm consistentemente confirmado que os trabalhadores fronteiriços representam realmente os trabalhadores da UE e que o seu direito à livre circulação deve ser protegido. No entanto, apesar da multiplicidade desses instrumentos, os trabalhadores fronteiriços enfrentaram muitos obstáculos diretos e indiretos no exercício efetivo desse direito (Jorens et al. 2015: 4).

Trabalhador sazonal é definido como "o cidadão de um país terceiro que mantenha a sua residência principal num país terceiro e resida legalmente e temporariamente no território de um Estado-membro para o exercício de uma atividade que dependa da mudança das estações do ano, de acordo com um ou mais contratos de trabalho termo certo celebrados diretamente entre esse cidadão de um país terceiro e um empregador estabelecido nesse Estado-membro" (Parlamento Europeu; Conselho da União Europeia, 2014: 381). No entanto, a definição deve ter em conta o fato que o trabalho sazonal poder ser realizado tanto por cidadãos da UE como por cidadãos de países terceiros, ao serem empregados sazonalmente num Estado-Membro da UE, mantendo a sua residência principal noutra Estado-Membro da UE ou país terceiro. A igualdade de tratamento é um princípio fundamental tanto para os regimes jurídicos regulados pela UE como para os trabalhadores sazonais fora da UE. A Diretiva dos trabalhadores sazonais aplica-se a trabalhadores fora da UE que entram num estado-membro da UE para trabalhar temporariamente num setor sazonal. A Diretiva confere aos trabalhadores o direito à igualdade de tratamento com os cidadãos da UE do país de acolhimento em termos de condições de trabalho, idade mínima para trabalhar, condições de trabalho, incluindo remuneração e despedimento, horário de trabalho, férias e feriados, bem como medidas para proteger a saúde e a segurança no local do trabalho.

De acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre a Proteção de todos os trabalhadores migrantes e membros de suas famílias, **o trabalhador migrante** "refere-se a uma pessoa que vai exercer, exerce ou exerceu uma atividade remunerada num país do qual não é cidadão" (Assembleia Geral da ONU, 1990: 262). No entanto, esta definição é muito ampla e, se aplicada estritamente, pode incluir trabalhadores fronteiriços e sazonais. Portanto, como mencionado anteriormente, uma definição mais precisa de trabalhador migrante refere-se



Funded by the
European Union

apenas a indivíduos que deixaram completamente seu país de origem para viver e trabalhar em outro país. Nossa pesquisa precisa concentrar-se nos trabalhadores migrantes que são cidadãos de países terceiros e que, no contexto da UE, são muitas vezes chamados "imigrantes" para os distinguir dos cidadãos da UE. Estas duas categorias de trabalhadores encontram-se claramente numa posição jurídica diferente, uma vez que os cidadãos da UE já estão amplamente protegidos pelo quadro da livre circulação (d'Auchamp, 2011: 9).

Diálogo social e Negociação coletiva durante a pandemia do coronavírus é um processo entre sindicatos e empregadores que regula as condições de trabalho. No entanto, não existe uma definição acordada de negociação coletiva nos estados-membros da UE. Os principais elementos utilizados para caracterizar o sistema de negociação coletiva são os seguintes:

- A cobertura por acordos coletivos – a percentagem de trabalhadores abrangidos por acordos coletivos – que está relacionada com a filiação em organizações de empregadores e sindicatos, mas também com o alargamento dos acordos a outras empresas e trabalhadores do setor.
- O nível de negociação em que os acordos coletivos são negociados: em nível empresarial, setorial ou nacional. A negociação multinível envolve uma combinação de negociação coletiva de nível empresarial e de nível superior.
- O grau de flexibilidade para as empresas modificarem os termos estabelecidos por acordos de nível superior. Estes vão desde sistemas centralizados, onde há pouco ou nenhum espaço para as empresas se desviarem de acordos setoriais ou nacionais, até sistemas totalmente descentralizados, onde a negociação coletiva só pode ocorrer no nível da empresa. Entre esses dois extremos, a descentralização organizada permite que os acordos setoriais estabeleçam amplas condições estruturais, enquanto as disposições detalhadas são deixadas para negociações no nível empresarial.

A definição completa **da negociação coletiva transfronteiriça e do diálogo social transnacional** também não existe na UE. A negociação coletiva transfronteiriça na Europa é resultado da União Monetária Europeia e foi estabelecida para evitar uma "corrida para baixo" nos custos salariais de diferentes sindicatos nacionais na tentativa de aumentar a competitividade internacional. A negociação coletiva transfronteiriça é interpretada aqui como um conceito relativamente restrito que descreve acordos juridicamente vinculativos sobre salários e condições de trabalho. Ao contrário dos acordos coletivos negociados pelos parceiros sociais nacionais, os acordos empresariais transnacionais, como os acordos-quadro internacionais e europeus, celebrados entre empregadores individuais, são assinados a nível global ou europeu das empresas e dos conselhos de empresa europeus. As áreas de negociação selecionadas para este projeto (e que se referem a trabalhadores móveis) são as seguintes:



Funded by the
European Union

- Emprego - salários, contratos de trabalho e despedimentos.
- Previdência social e fiscalidade.
- Condições de trabalho - alojamento, segurança e saúde, controlo sanitário.
- Problemas de mobilidade durante a pandemia de coronavírus - livre circulação de trabalhadores.

3. Objetivos da pesquisa

Com base na estrutura contextual e conceitual apresentada, o objetivo geral do projeto *MOBILEurope* é promover a análise e pesquisa das relações laborais relacionadas com a situação dos trabalhadores móveis durante a pandemia de Covid-19 ao nível da UE e numa perspetiva comparativa (identificando convergências e diferenças nos sistemas de relações laborais nos estados-membros da UE e países candidatos). Esta pesquisa representará uma contribuição significativa e promoção da troca de informações e experiências entre as partes que estão ativamente envolvidas nas relações laborais, com o objetivo de desenvolver e fortalecer ainda mais as estruturas das relações laborais na Europa. O resultado final da pesquisa transfronteiriça será um estudo comparativo que deverá fornecer dados baseados em evidências sobre as tendências atuais em seis estados-membros da UE e países candidatos com relações industriais específicas e diferentes. As conclusões e as recomendações do estudo permitirão um maior desenvolvimento da teoria, pesquisa e prática na Europa no campo das relações laborais.

Objetivos específicos

1. Identificar o impacto da crise causada pelo coronavírus nos trabalhadores fronteiriços, sazonais e migrantes em termos de emprego, condições de trabalho e proteção social.
2. Identificar o papel e o impacto do diálogo social e da negociação coletiva para mitigar as consequências da pandemia do coronavírus nos trabalhadores fronteiriços, sazonais e migrantes.
3. Justificar os resultados e tirar conclusões sobre as modalidades de cooperação dos parceiros sociais e os desafios a nível nacional e da EU para garantir direitos sociais e económicos do grupo-alvo dos trabalhadores móveis.

Indicadores para objetivos específicos



Funded by the
European Union

- Maior base de conhecimento a nível nacional e europeu sobre o nível e tipo de desafios enfrentados pelos trabalhadores móveis devido à crise causada pela pandemia do vírus Covid-19 na UE e nos países dos Balcãs.
- Melhor conhecimento dos diferentes atores do diálogo social e da comunidade científica a nível nacional e da UE sobre as modalidades identificadas e elaboradas entre os países sobre a cobertura dos acordos coletivos, o nível de negociação coletiva, o grau de flexibilidade, a centralização e outros arranjos institucionais realizados para a introdução de apoio de longo, médio e curto prazo para trabalhadores móveis.
- Foi adotado um pacote de recomendações baseadas em resultados de pesquisas.

Valor planejado (estimado)

- Um quadro teórico e metodológico desenvolvido conjuntamente.
- Recolha de dados quantitativa e qualitativa através de análise documental, pesquisa transnacional (pelo menos 180 entrevistados), entrevistas aprofundadas/grupos-alvos a nível nacional e internacional (pelo menos 180 entrevistados/participantes).
- Foram preparados pelo menos seis relatórios a nível nacional.
- Foi preparado um relatório sintético comparativo.
- Foi preparado um seminário internacional onde a publicação será apresentada.
- Lista de recomendações adotada.
- Pelo menos seis reuniões com parceiros sociais organizadas a nível nacional.

Esta pesquisa empírica concentra-se principalmente em três áreas:

1. A identificação da situação económica e social específica dos trabalhadores móveis, sobretudo fronteiriços, sazonais e migrantes, em comparação com trabalhadores nacionais no contexto da pandemia do coronavírus.
2. A negociação coletiva como mecanismo de busca de soluções e construção do diálogo.
3. Uma abordagem trans setorial, onde os mencionados trabalhadores móveis representam a mão de obra na Europa em áreas transfronteiriças que fazem parte da economia.

4. Quadro metodológico



Funded by the
European Union

Questões de pesquisa

No foco da análise serão as seguintes questões:

- O que sabemos sobre contratos de trabalho, demissões e redução de trabalhadores fronteiriços, sazonais e migrantes durante a crise do coronavírus?
- Que tipo de insegurança jurídica eles experimentaram no que diz respeito às passagens diárias de fronteira, segurança social e fiscalidade?
- O que sabemos sobre a deterioração das condições de trabalho, incluindo níveis salariais, saúde e segurança no trabalho, ou aumento das taxas de trabalho precário?
- O que sabemos sobre seu retorno ao país de origem e acesso a regimes nacionais de apoio temporário?
- Que atividades políticas foram realizadas (pelo Governo)?
- Os parceiros sociais têm negociado conjuntamente soluções para os problemas decorrentes do impacto da pandemia de Covid-19?
- Que atividades os sindicatos realizam de forma unilateral?
- Que atividades os parceiros sociais realizaram para apoiar os trabalhadores no seu país e no exterior?
- Qual é o resultado da coordenação da negociação coletiva transfronteiriça?
- Que modelos de acordos coletivos a diferentes níveis têm desempenhado um papel na gestão dos desafios que a pandemia de Covid-19 trouxe aos trabalhadores fronteiriços, sazonais e migrantes?
- Quais indicadores são importantes para a melhoria das negociações coletivas e acordos para a adoção de medidas de médio prazo?

Amostragem e objetivos da análise empírica

Para análise durante o projeto serão usados dois tipos diferentes de fontes- fontes secundárias e evidências empíricas coletadas por meio de estudos de campo. Fontes secundárias (literatura, leis, decisões governamentais tomadas durante a pandemia de coronavírus etc.) serão usadas para análises documentais em cada país participante do estudo, o que resultará em uma análise específica de cada país sobre a estrutura institucional e a posição dos trabalhadores móveis durante a pandemia de Covid-19.



Funded by the
European Union

Os objetivos da análise documental são os seguintes:

- Apresentar um panorama da literatura sobre a questão dos trabalhadores fronteiriços, sazonais e migrantes e as diferentes formas de representação coletiva desta categoria heterogênea de trabalhadores.
- Analisar a diversidade de arranjos institucionais e tipos de relações e condições de trabalho durante a pandemia do coronavírus.
- Recolher, analisar e comparar os acordos coletivos a diferentes níveis (nacional, setorial e empresarial), que têm contribuído para a gestão dos desafios enfrentados pelos trabalhadores móveis devido à pandemia do coronavírus.

As evidências empíricas serão coletadas por meio do uso complementar de técnicas de recolha de dados quantitativos e qualitativos (pesquisa e entrevistas em profundidade/grupos-alvos). Referindo-se ao nosso projeto, os pesquisadores da Espanha, Grécia, Polónia, Portugal, Sérvia e Macedónia do Norte conduzirão pesquisas e entrevistas em profundidade/grupos-alvos em seus países. Os entrevistados devem ser selecionados principalmente (mas não exclusivamente) dos seguintes setores: saúde e proteção institucional, construção e infraestrutura, indústria de TI, serviços, indústria de alimentos e agricultura.

As subamostras serão as seguintes:

1. **Subamostra - trabalhadores móveis (participantes da pesquisa);** pelo menos 30 entrevistados em cada país (de preferência 10 de cada categoria - trabalhadores fronteiriços, trabalhadores sazonais e trabalhadores migrantes). Portanto, o número total de entrevistados na pesquisa é de 180 para todo o projeto.
2. **Subamostra – líderes (representantes) e membros sindicais (entrevistados/participantes de grupos-alvos);** o número de respondentes por país para esta subamostra é um mínimo de 15 (90 no total). Esses respondentes devem ser selecionados em pelo menos três setores diferentes.
3. **Subamostra - representantes de empregadores (gerentes/diretores de empresas e instituições privadas e públicas) (entrevistados/participantes de grupos-alvos);** o número de respondentes por país para esta subamostra é um mínimo de 15 (90 no total). Esses respondentes devem ser selecionados em pelo menos três setores diferentes.

Nosso estudo usa um procedimento de amostragem não aleatória. Baseia-se em decisões derivadas de dados objetivos sobre o conhecimento da estrutura da população analisada. Dados os objetivos e as suposições do projeto, a amostragem intencional é a mais precisa. Implica a seleção de tais unidades de análise (indivíduos) que receberão as informações mais



Funded by the
European Union

extensas e completas sobre o determinado tema (o procedimento de "bola de neve" para encontrar respondentes pode ser de grande ajuda).

Uma pesquisa sobre o impacto da crise causada pela pandemia de coronavírus nos trabalhadores móveis será distribuída por meio de um questionário online. O principal objetivo é identificar as características socioeconômicas dos trabalhadores fronteiriços, sazonais e migrantes, as condições do seu emprego durante a pandemia de Covid-19 em termos de emprego e segurança social, bem como as suas expectativas e necessidades percebidas nesse domínio. Os sindicatos e outras partes interessadas nos países parceiros ajudarão a encontrar entrevistados e promover a plataforma online. O prazo para preenchimento do questionário será de seis meses.

As entrevistas/grupos-alvos se concentrarão em uma análise aprofundada dos padrões de emprego e condições de trabalho dos trabalhadores móveis durante as crises causadas pela pandemia de Covid-19 do ponto de vista dos líderes/representantes sindicais e representantes dos empregadores (gerentes/diretores de setor público e privado). Será dada especial atenção ao processo de negociação coletiva, com particular ênfase nos papéis e atividades passados, presentes e futuros de todos os principais atores do diálogo social - representantes dos trabalhadores (sindicatos), representantes dos empregadores (associações de empregadores) e representantes do estado (instituições, agências e inspeções). Entrevistas aprofundadas ou grupos-alvos menores (de preferência três grupos-alvos com 10 participantes em cada grupo), dependendo das preferências do parceiro. O período para realização de entrevistas ou organização de grupos-alvos será de quatro meses.

O resultado da análise serão seis relatórios nacionais e um relatório comparativo final. Os relatórios nacionais serão preparados por pesquisadores de cada organização parceira com base nos resultados e conclusões de análises documentais, pesquisas e entrevistas aprofundadas/grupos-alvos. O relatório comparativo final será preparado pelo pesquisador principal da Universidade de Belgrado. Os principais resultados da pesquisa serão discutidos e elaborados com atores relevantes a nível nacional e da UE em seis workshops nacionais e uma conferência a nível europeu. Esses relatórios conterão, entre outras coisas, um catálogo de boas práticas e recomendações de políticas. Cada workshop nacional incluirá 20 participantes, entre pesquisadores e especialistas acadêmicos, parceiros sociais, representantes sindicais e tomadores de decisões envolvidos em políticas trabalhistas. As recomendações de política dos relatórios temáticos anteriores serão resumidas no relatório final (e-publicação) e impressas.

5. Referências

Casale, Giuseppe, 2013. International Labour Standards and EU Labour Law. In: Countouris, Nicola, Freedland, Mark (Eds.) *Resocialising Europe in a Time of Crisis* (pp. 81-104). Cambridge: Cambridge University Press.



Funded by the
European Union

- Castells, Manuel. 2010. *The Rise of the Network Society*. Second edition. Oxford; Malden, MA: Blackwell Publishers.
- d'Auchamp, Marie. 2011. *Migrant Workers' Rights in Europe*. Brussels: The Regional Office for Europe of the UN High Commissioner for Human Rights.
- European Parliament; Council of the European Union. 2004. *Regulation No. 883/2004 of the European Parliament and of the Council of the European Union of 29 April 2004 on the Coordination of Social Security Systems*. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:02004R0883-20140101&from=DE>
- European Parliament; Council of the European Union. 2014. *Directive 2014/36/EU of the European Parliament and of the Council of 26 February 2014 on the Conditions of Entry and Stay of Third-country Nationals for the Purpose of Employment as Seasonal Workers*. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/en/ALL/?uri=celex%3A32014L0036>
- EurWORK. 2018. *Frontier Worker*. <https://www.eurofound.europa.eu/observatories/eurwork/industrial-relations-dictionary/frontier-worker>
- Fasani, Francesco, Mazza, Jacopo. 2020. *A Vulnerable Workforce: Migrant Workers in the COVID-19 Pandemic*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- Giddens, Anthony, Duneier, Mitchell, Appelbaum, Richard P., Carr, Deborah. 2018. *Introduction to Sociology*. Eleventh edition. New York: W.W. Norton & Company.
- ILO (International Labour Office/Organization). 2021a. *ILO Monitor: COVID-19 and the World of Work*. Seventh edition. https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/briefingnote/wcms_767028.pdf
- ILO (International Labour Office/Organization). 2021b. *World Employment and Social Outlook: Trends 2021*. https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_795453.pdf
- Jorens, Yves, Minderhoud, Paul, De Coninck, Joyce. 2015. *Comparative Report: Frontier Workers in the EU*. Brussels: European Commission.
- Rasnača, Zane. 2020. Essential but Unprotected: Highly Mobile Workers in the EU during the COVID-19 Pandemic. *ETUI Research Paper – Policy Brief 9/2020*, <https://ssrn.com/abstract=3699377>.
- The Plight of Essential Workers during the COVID-19 Pandemic. (2020). *The Lancet*, 395(10237), 1587.
- UN General Assembly. 1990. *International Convention on the Protection of the Rights of All Migrant Workers and Members of their Families*. A/RES/45/158. <https://www.refworld.org/docid/3ae6b3980.html>



United Nations. 2020. *Policy Brief: The World of Work and COVID-19*.
https://unsdg.un.org/sites/default/files/2020-07/policy-brief-the_world_of_work_and_covid-19.pdf



Funded by the
European Union